

## MOÇÃO DE APOIO AO ACAMPAMENTO BEM VIVER/MARANHÃO

Os/as participantes do **Seminário Quilombos, Estudos Antropológicos e Regularização Territorial**, realizado no dia 18 de junho de 2015 na cidade do Recife, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, e promovido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Etnicidade/NEPE, grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE, vem a público manifestar apoio ao **Acampamento Bem Viver**, instalado na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA no estado do Maranhão, que completa hoje 200 horas de “fome de justiça e do direito de existir”, como enunciam na Nota de Repúdio divulgada amplamente.

Comunidades Quilombolas, Indígenas, Assentados, Acampados e Camponeses do Estado do Maranhão denunciam o total descaso do INCRA, da FUNAI e dos Governos Estadual e Federal em relação às suas demandas, e reivindicam que a política de regularização territorial seja retomada no Estado, uma vez que todas as ações do INCRA encontram-se paradas, e, no caso da FUNAI, o órgão indigenista oficial tem negado deliberadamente a legitimidade da demanda territorial do povo Gamela.

Os manifestantes afirmam que este movimento de ocupação, caracterizado atualmente por uma greve coletiva de fome, foi deliberado através de uma assembleia pelos povos e comunidades em luta para denunciar o caráter genocida e racista do Estado brasileiro, comprometido com um modelo de desenvolvimento econômico que tem produzido amplo genocídio e etnocídio, a morte física, social e cultural das populações tradicionais no estado do Maranhão.

O presente seminário tem como objetivo debater as questões que envolvem os estudos antropológicos e os processos de regularização territorial das populações quilombolas, tanto como uma parte importante da produção científica antropológica, como uma questão fundamental para o reconhecimento do Brasil enquanto um país pluriétnico, conforme assegurado na Constituição Federal de 1988. Portanto, é obrigação constitucional do Estado brasileiro a garantia das cidadanias específicas dos povos indígenas e dos quilombolas no país, o que passa necessariamente pelo reconhecimento e a regularização dos territórios destas coletividades.

Tendo em vista estas questões, vimos a público através desta moção de apoio denunciar essa situação e nos solidarizar com o Acampamento Bem Viver e com as mobilizações dos povos indígenas e quilombolas no Brasil.

**Recife, 18 de Junho de 2015**